DECRETO Nº2598 DE 12 DE MARÇO DE 1985

Altera o Decreto nº 529, de 28 de setembro de

1982.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDONIA, no uso

de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõem os arts. 69 e 70 da Lei das Execuções Penais (Lei Federal nº 7.210, de 11.7.84), o art. 79, do Decreto-lei Estadual 37, de 17 de dezembro de 1982, combinado com os arts. 59, IV e 15, do Decreto nº 19, de 31 de dezembro de 1981,

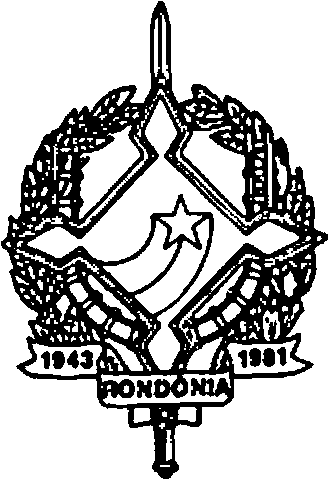
D E C R E T A:

Art. 1º Os dispositivos seguintes do

Decreto nº 529, de 28 de setembro de 1982, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.197, de 19 de junho de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho Penitenciário do Estado será composto de sete membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre professores e profissionais da área do Direito

Penal, Penitenciário e Ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade.



§ 1º Os membros serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por quatro suplentes, nomeados na forma estabelecida no caput deste artigo e com as mesmas qualificações exigidas para os titulares.

§ 2º A presidência do Conselho será exercida pelo membro designado pelo Governador, o qual será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo membro mais antigo, ou, em caso de empate, pelo mais idoso.

Art. 4º

A função de membro do Conselho

Penitenciário será gratuita, mas considerada de relevante interesse público, assegurando-se aos titulares no exercício de cargo, todos os meios necessários, não se computando, em relação



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| outro cargo público que exerçam, as ausências | determinadas | pelo |
| comparecimento às sessões e outras atividades | especiais. |  |

Art. 6º O mandato dos membros será de quatro anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. Perderá o mandato o membro que, injustificadamente, deixar de comparecer a mais de três sessões consecutivas ou seis intercaladas, em um ano.

Art. 15 As despesas decorrentes da aplicaçao deste decreto, inclusive viagens, diárias, passagens e

tons devidos pelo comparecimento às sessões. correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria do Interior e Justiça.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na

data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Porto Velho, 12 de março de 1985

JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Governador

WALDEREDO PAIVA DOS SANTOS

Secretário de Interior e Justiça